

Partido dos Trabalhadores  
Fundação Perseu Abramo

# O modo petista de ação parlamentar

Uma contribuição  
para vereadores e vereadoras

Elaborado por:  
Fernando Antonio Nacif  
José Cavalli Júnior  
Selma Rocha  
Zilah Wendel Abramo

rls



## **DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Presidente: José Genoíno

### **COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL**

Arlete Sampaio – Conceição Nascimento – Delúbio Soares de Castro

Francisco Campos – Gleber Naime – Idelli Salvatti

Joaquim Soriano – Jorge Almeida – José dos Reis Garcia

Marcelo Sereno – Maria Eunice Wolf – Marlene Rocha

Marta Suplicy – Mônica Valente – Paulo Delgado

Paulo Ferreira – Romênio Pereira – Sílvio José Pereira

Valter Pomar – Paulo Rocha – Delcídio Amaral

### **SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA**

Secretário: Joaquim Soriano

### **FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

Presidente: Hamilton Pereira

Vice-presidente: Ricardo de Azevedo

Diretora: Selma Rocha

Diretor: Flávio Jorge

### **EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

Coordenador editorial: Flamarion Maués

Editora-assistente: Candice Quinelato Baptista

Assistente editorial: Viviane Akemi Uemura

### **ROSA LUXEMBURG STIFTUNG**

Diretor no Brasil: Gert Peuckert

### **FICHA TÉCNICA**

Revisão: Maurício Balthazar Leal – Márcio Guimarães Araújo

Capa: Mario Pizzignacco

---

Editora Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 224  
CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil  
Telefone: (11) 5571-4299  
Fax: (11) 5571-0910  
Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>  
Correio eletrônico: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)

1ª edição: março de 2005

Copyright © 2005 by Diretório Nacional do PT/Fundação Perseu Abramo

Direitos desta edição: Fundação Perseu Abramo

# Sumário

7	Apresentação
9	Introdução
11	Módulo 1: Atuação parlamentar no âmbito local
13	1. O município no Brasil: limites e atribuições
13	1.1 A organização política do Estado brasileiro
16	1.2 O município na Federação
17	1.2.1 Funções do Poder Executivo no âmbito municipal
20	2. As funções do Poder Legislativo municipal
21	2.1 Função legislativa
24	2.2 A importância da função fiscalizadora. Suas potencialidades e seus limites
25	2.3 Função fiscalizadora e a relação com o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Poder Judiciário
26	2.3.1 Tribunal de Contas
27	2.3.2 Poder Judiciário
28	2.3.3 Ministério Público
30	2.4. Função de representação e os limites da atuação parlamentar
32	2.4.1 Os limites da atuação parlamentar
33	2.5 A administração das Câmaras Municipais
35	3. O modo petista de atuação parlamentar
35	3.1 A relação com a sociedade
37	3.2 A presença dos vereadores petistas no Legislativo: um breve histórico
43	RESUMO DO MÓDULO 1
55	Módulo 2 – Os instrumentos de atuação parlamentar
56	1. Participação na Mesa Diretora
57	1.1 Quando se deve participar da disputa por cargos na Mesa Diretora?
58	1.2 Ações petistas nas Mesas Diretoras
59	1.2.1 Ações administrativas da Mesa Diretora
61	1.2.2 Ações políticas da Mesa Diretora
64	2. Tribuna, Plenário e Comissões
64	2.1 Utilização da tribuna
64	2.1.1 Regras para o uso da tribuna
64	2.1.2 A importância do uso da tribuna na luta política

65	2.1.3 Como preparar um pronunciamento
66	2.2 Atuação em Plenário
66	2.2.1 Sessões das Câmaras Municipais
67	2.2.2 Como atuar no Plenário
70	2.3 As Comissões Permanentes
70	2.3.1 O que são as Comissões Permanentes
71	2.3.2 O trabalho nas Comissões Permanentes
72	2.3.3 A importância política das Comissões Permanentes
72	2.4 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)
72	2.4.1 O que são Comissões Parlamentares de Inquérito
73	2.4.2 O funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito
74	2.4.3 A importância política das Comissões Parlamentares de Inquérito
76	3. Elaboração de proposições
76	3.1 Critérios para a apresentação de proposições
77	3.2 Noções de técnica legislativa
78	3.2.1 Estrutura de projeto
80	3.2.2 Regras de redação
81	3.3 Tipos de proposições
87	4. Os instrumentos de democratização das atividades parlamentares
87	4.1 “Tribuna Livre”
88	4.1.1 Como instituir a “Tribuna Livre”
89	4.1.2 Exemplos de utilização da “Tribuna Livre”
89	4.2 Comissões criadas para receber diretamente propostas de projetos elaborados pela população (Comissão de Participação Legislativa)
90	4.2.1 Como instituir a Comissão de Participação Legislativa
91	4.3 Audiências públicas
92	4.3.1 Como funcionam as audiências públicas
93	4.4 Ouvidoria Parlamentar
93	4.4.1 Como funcionam as Ouvidorias Parlamentares
95	5. TV e rádio
95	5.1 TV Legislativa
96	5.2 Rádio Legislativa
97	RESUMO DO MÓDULO 2
113	Módulo 3: Fundamentos políticos e bases legais do poder local
115	1. Planejamento das finanças dos municípios
116	1.1 Instrumentos institucionais de planejamento: Plano Plurianual/ Lei de Diretrizes Orçamentárias/Lei Orçamentária Anual
116	1.1.1 A importância do sistema orçamentário
118	1.1.2 As leis

118	1.1.2.1 O Plano Plurianual (PPA)
118	1.1.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
119	1.1.2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)
120	1.2 Lei de Responsabilidade Fiscal
120	1.2.1 Objetivos e histórico da lei
121	1.2.2 Principais pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal
122	1.2.2.1 Gastos com pessoal
122	1.2.2.2 Dívida pública
122	1.2.2.3 Metas fiscais
123	1.2.2.4 Ano eleitoral
123	1.2.2.5 Transparência
123	1.2.2.6 Penalidades
125	2. Participação cidadã e controle social
125	2.1 Participação cidadã
126	2.2 Controle social
126	2.2.1 Orçamento Participativo
128	3. Desenvolvimento local sustentável e planejamento urbano
128	3.1 O que é desenvolvimento sustentável
129	3.2 Pressupostos para o desenvolvimento local sustentável
132	3.3 Experiências de desenvolvimento sustentável em municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores
135	3.4 Instrumentos legais a serviço do desenvolvimento sustentável e do planejamento urbano
135	3.4.1 Lei Orgânica Municipal
135	3.4.1.1 A estrutura da lei
136	3.4.1.2 Aspectos importantes da Lei Orgânica do Município
137	3.4.2 O Estatuto da Cidade
138	3.4.2.1 Instrumentos previstos no Estatuto da Cidade
139	3.4.2.2 Plano Diretor
140	3.4.2.3 Gestão democrática da cidade
141	3.4.2.4 O Conselho das Cidades
141	3.4.3 Conselhos Municipais
144	RESUMO DO MÓDULO 3
155	Anexos
156	Anexo 1 – Exemplo de curso da ENAP: Melhoria da gerência pública
157	Anexo 2 – Modelo: Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município
159	Anexo 3 – <i>Sites</i> de interesse
161	Anexo 4 – Modelo de parecer
162	Anexo 5 – Exemplo de requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito

- 163 Anexo 6
  - 6.1 Roteiro para elaboração de relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito
  - 6.2 Modelo de relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito
- 166 Anexo 7 – Histórico de duas Comissões Parlamentares de Inquérito conduzidas por parlamentares do PT
  - 7.1 CPI da Máfia dos Fiscais em São Paulo, instalada com base em requerimento apresentado pelo então vereador José Eduardo Martins Cardozo:
  - 7.2 CPI para averiguar irregularidades na prefeitura de Ouro Preto, instalada com base em requerimento apresentado pelo vereador Wanderley Rossi Júnior (Kuruzu)
- 169 Anexo 8 – Modelo de projeto que institui “Tribuna Livre”
- 171 Anexo 9 – Modelo de Projeto de Resolução que cria Comissão de Participação Legislativa
- 173 Anexo 10 – Exemplo de regulamentação de realização de audiências públicas
- 176 Anexo 11 – Modelo de Regimento Interno que prevê a existência de Ouvidoria
- 179 Anexo 12 – Fontes de receita dos municípios
- 183 Anexo 13 – “Responsabilidade fiscal”, de João Sayad
  
- 185 **Apêndice: Autonomia municipal e democracia direta na Alemanha**
  - 185 1. O que significa representação local na Alemanha?
    - 185 1.1 As atribuições da representação local
    - 188 1.2 Membros, órgãos e instâncias da representação local
    - 192 1.3 Experiências sobre o trabalho de vereadores e atividades de publicidade dos vereadores da esquerda
    - 195 1.4 Projetos para a organização de auxílio social
    - 198 1.5 *Checklist* e medidas para o desenvolvimento de ciclos econômicos regionais e locais
    - 201 1.6 Instrumentos da política de emprego e do incentivo econômico municipal
  
  - 204 2. Como funciona a democracia direta nos municípios na Alemanha?
    - 204 2.1 Democracia direta no plano municipal
    - 206 2.2 A petição e o plebiscito como votações da democracia direta
    - 209 2.3 Plebiscitos contra a privatização de propriedade municipal
    - 211 2.4 Previsão: novos caminhos da participação direta
  
- 217 **Fontes e referências**